



## MEIO AMBIENTE

Julgamento de cinco ações que contestam o documento, principalmente a previsão de anistia a desmatadores, é adiado para a próxima quarta-feira. Sessão será retomada com o último voto: o do decano, Celso de Mello

# Empate sobre Código Florestal no Supremo

» INGRID SOARES  
ESPECIAL PARA O CORREIO

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou para a próxima quarta-feira a decisão sobre a legalidade do Código Florestal, alterado em 2012, que dispõe sobre a preservação e a exploração de áreas ambientais. Até agora, há empate entre 10 ministros. Falta o voto do decano, Celso de Mello, para decidir o que muda na lei. Enquanto isso, alguns pontos seguem indefinidos.

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), já é possível apontar alguns pontos que a maioria dos ministros declarou inconstitucionais. Casos de lixões e instalações para a realização de competições esportivas estaduais, nacionais e internacionais em áreas de preservação.

Outros itens estão empatados entre serem ou não constitucionais, como a anistia de multas a produtores rurais que desmataram irregularmente e a dispensa de recomposição de reserva legal.

No dia 21, a ministra Cármen Lúcia acompanhou o voto do relator, Luiz Fux, em grande parte, mas divergiu, por exemplo, em relação à anistia. Segundo ela, os agricultores continuam sujeitos a punições em casos de descumprimento das leis.

Ontem, Luís Roberto Barroso também se posicionou contrário

Étore Medeiros/CB/D.A Press



O Código Florestal, que dispõe sobre a preservação e a exploração ambientais, foi alterado em 2012

ao perdão, assim como Marco Aurélio Mello, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski. Durante a votação, Lewandowski citou um artigo do *Correio Braziliense*, assinado por Adriana Bernardes, intitulado "Águas de março", que fala sobre a crise hídrica. Ele demonstrou preocupação quanto aos rumos do desmatamento no país. Já Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Dias Toffoli e Gilmar Mendes julgaram a favor da anistia.

Toffoli considerou inconstitu-

cional a permissão para que a compensação sobre o desmatamento possa ocorrer em outra área, no mesmo bioma. Segundo ele, deve ocorrer apenas no mesmo ecossistema.

Nurit Bensusan, coordenadora adjunta do Programa de Direito e Política do ISA, afirma que o novo código beneficia infratores. "Caso a anistia seja julgada constitucional, é como se estivesse premiando essas pessoas que não respeitavam as leis. Se for julgada inconstitu-

cional, quem desmatou entre 2008 e 2012 terá de pagar multa e recompor uma área maior que a Alemanha", ressalta.

Ela também contesta a compensação ambiental, que possibilita a um proprietário que desmatou além do permitido comprar outro terreno preservado e mantê-lo intacto como forma de reparar a perda que promoveu em sua terra.

As questões foram levantadas por quatro ações diretas de inconstitucionalidade e uma



**Caso a anistia seja julgada constitucional, é como se estivesse premiando essas pessoas que não respeitam as leis. Se for julgada inconstitucional, quem desmatou entre 2008 e 2012 terá de pagar multa e recompor uma área maior que a Alemanha"**

**Nurit Bensusan,**  
coordenadora do ISA

ação declaratória de constitucionalidade.

O ministro Gilmar Mendes foi o único a julgar improcedente todas as quatro ações e procedente a ação declaratória de constitucionalidade. Ele ressaltou que, em relação ao meio ambiente, a legislação anterior estava distanciada da realidade e não era aplicada. A elaboração do novo código, na visão dele, foi um "processo de convergência para restaurar um mínimo de normatividade".

## VIOLÊNCIA

# Criminalidade sem trégua no país

Em mais um dia de temor para os moradores do Rio de Janeiro, o estado registrou cinco ocorrências de tiroteio ontem. Os dados são do aplicativo Fogo Cruzado, da ONG Anistia Internacional, que mapeia, de forma colaborativa, os episódios na região. Entre os locais que registraram troca de tiros estão Niterói, Bangu e três casos no Complexo da Maré. Na quarta-feira, também houve tiroteio entre policiais e bandidos durante uma operação no bairro Santa Lúcia, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Um homem ficou ferido e outro foi encontrado morto.

De acordo com a Polícia Militar do Rio de Janeiro, a equipe realizava uma operação quando foi atacada por traficantes, o que deu início à troca de tiros. Duran-

te o confronto, um dos criminosos se feriu e foi levado para o Hospital Estadual Adão Pereira Nunes, na região de Saracuruna. Porém, durante as buscas, os agentes encontraram o corpo de um homem e acionaram a Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense. No mesmo dia, testemunhas também relataram uma série de disparos de arma de fogo na porta de uma galeria, em Botafogo, na zona sul. Os casos ocorreram um dia após o Senado aprovar, com 55 votos a favor e 13 contrários, o decreto de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro.

Ainda no Sudeste, na madrugada de ontem, o corpo de um homem foi encontrado carbonizado dentro de uma casa em Marília, São Paulo. Os bombeiros fo-

ram chamados para atender uma ocorrência de incêndio. Ao chegarem ao local, encontraram o cadáver. A vítima, de 47 anos, apresentava sinais de violência, e o caso será investigado como homicídio.

Já em Pernambuco, testemunhas também relataram tiroteio, ontem à tarde, na Avenida Agamenon Magalhães. A confusão teria começado após um roubo. A Polícia Militar disparou contra um dos suspeitos, que tentava fugir. Ele foi capturado com uma arma de brinquedo. O outro criminoso também foi pego. Ninguém ficou ferido.

No Rio Grande do Norte, a criminalidade não dá trégua. Segundo o Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (Obvio), que faz o mapeamento de

Tomaz Silva/Agência Brasil



O Complexo da Maré foi um dos locais que tiveram registros de tiroteio no Rio

homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, houve 14 mortes no estado apenas no último fim de semana. Quatro deles aconteceram em Natal, e dois, em Mossoró. As duas regiões também foram alvo de intervenção federal em de-

zembro do ano passado, quando o presidente Michel Temer autorizou a atuação militar para conter a onda de crimes, com a greve das polícias Civil e Militar. Segundo o Obvio, a média é de 6,8 mortes violentas por dia no estado desde janeiro deste ano.

## SEGURO FAKE

# Presos por fraude em benefício

A Polícia Federal deflagrou a Operação Seguro Fake, ontem, contra um esquema especializado em fraudes no seguro-desemprego. Foram presas 17 pessoas no Pará e no Maranhão. Ao todo, foram expedidos 19 mandados de prisão e 27 de busca e apreensão nas cidades de Redenção, Conceição do Araguaia, São Luiz e São José de Ribamar. Dois suspeitos estão foragidos. Em nota, a PF informou que os dois estados têm "alta incidência dessa modalidade de fraude".

"Essa fase da investigação é resultado do desenvolvimento de uma nova metodologia de investigação elaborada pela Polícia Federal e o Ministério do Trabalho (MTb), que inter-relacionam saques, apontando elementos comuns e possibilitando indicar qualquer tipo de fraude. Durante as investigações, foram identificados quatro grupos criminosos", diz nota da corporação.

A operação foi coordenada entre policiais federais e servidores do Ministério do Trabalho especializados em rastrear as inclusões fraudulentas de benefícios do seguro-desemprego. "Em apenas 10 minutos, os policiais flagraram 42 tentativas de fraude ao benefício em uma única agência da Caixa Econômica Federal na cidade de Redenção/PA", afirma a PF.

O alvo dos criminosos eram pessoas de baixa renda. Eles pegavam os dados pessoais dos trabalhadores e davam entrada no benefício com informações empregatícias de empresas fantasmas. Ao receberem o dinheiro, ficavam com a maior parte.

De acordo com os técnicos do ministério, o trabalho em conjunto com a Polícia Federal, desde a implantação do sistema antifraude desenvolvido pela pasta em 2016, teria identificado e bloqueado mais de 57 mil tentativas de fraudes no país, o que equivaleria a desvios de aproximadamente R\$ 800 milhões dos cofres públicos.

Os investigados responderão por estelionato qualificado, inserção de dados falsos em sistemas de informações e associação criminosa, com penas que podem ultrapassar 20 anos de reclusão.

A delegacia da Polícia Federal na cidade paraense de Redenção é o protótipo dessa nova metodologia de investigação, que, segundo a direção-geral do órgão, passará a ser utilizada em todas as delegacias do Brasil.



**Em 10 minutos, os policiais flagraram 42 tentativas de fraude ao benefício em uma única agência da CEF na cidade de Redenção/PA"**

**Trecho de nota da PF**

**IMÓVEL**  
**PaulOctavio**  
**proveite o momento**

**Os juros estão baixos**  
**Os estoques estão diminuindo**  
**A demanda está aumentando**

www.pauloctavio.com.br

**PaulOctavio**